



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
Tribunal de Justiça  
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

238  
39  
L

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 189126-1/02**

**EMBARGANTE: BANCO SANTANDER, SUCESSOR. DO  
BANCO ABN AMRO REAL S/A**

**EMBARGADO: MARIA JOSÉ DE BARROS LINS**

**RELATOR: DES. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**Terceira Câmara Cível**

**EMENTA:** Civil e processual Civil – Embargos de Declaração –  
Apelação Cível – Decisão Terminativa – Expurgos Inflacionários –  
Omissão e Prequestionamento.

57128  
- P -

Quanto a aplicação da multa – Omissão inexistente por não ter  
sido a matéria posta nos embargos, devidamente impugnada no  
recurso de apelação e recurso de agravo – Quanto as demais  
alegações, comprovadamente foram analisadas todas as  
questões colocadas - Prequestionamento – Nítida ausência dos  
pressupostos necessários para o acolhimento dos aclaratórios -  
Mesmo para efeito de prequestionamento os embargos devem  
observar os limites impostos pelo Art. 535, CPC – Recurso  
conhecido, porém rejeitado – Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de **Embargos de  
Declaração de nº 189126-1/02**, que têm como embargante o  
**BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, SUCESSOR DO BANCO ABN  
AMRO REAL S/A** e embargado **MARIA JOSÉ DE BARROS LINS**,  
ACORDAM os Desembargadores que compõem a Terceira  
Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à  
unanimidade de votos, em rejeitar os aclaratórios, tudo na  
conformidade do relatório e voto anexo que passam a fazer  
parte do presente julgado.

Recife

18/5/10  
  
**Des. Sílvio de Arruda Beltrão**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
Tribunal de Justiça  
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

239  
40  
✓

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 189126-1/02**

**EMBARGANTE: BANCO SANTANDER, SUCESSOR. DO  
BANCO ABN AMRO REAL S/A**

**EMBARGADO: MARIA JOSÉ DE BARROS LINS**

**RELATOR: DES. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**Terceira Câmara Cível**

**RELATÓRIO:**

O Banco Santander (Brasil) S/A, sucessor do Banco ABN AMRO Real S/A opôs Embargos de Declaração apontando omissão e prequestionando o julgado proferido nos autos do Recurso de Agravo nº 189126-1-02.

Aduz o embargante que o acórdão embargado não se manifestou sobre:

- a inversão do ônus da prova, art. 333, I do CPC;
- o prazo prescricional concernente à matéria discutida, como também da prescrição dos juros moratórios;
- a inépcia da inicial;
- os Planos Bresser e Verão;

Ao final, requer apenas que se sane a omissão quanto a exorbitante multa fixada e se analise o pedido de prequestionamento.

É o Relatório.

Recife,

**Des. Sílvio de Arruda Beltrão**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
Tribunal de Justiça  
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

240  
42  
✓

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 189126-1/02**

**EMBARGANTE: BANCO SANTANDER, SUCESSOR. DO  
BANCO ABN AMRO REAL S/A**

**EMBARGADO: MARIA JOSÉ DE BARROS LINS**

**RELATOR: DES. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**Terceira Câmara Cível**

**VOTO:**

De imediato observo que a matéria pertinente à fixação de multa na sentença, não foi tratada no recurso de apelação, muito do recurso de agravo.

O juízo ad quem fica obrigado a apreciar apenas a matéria impugnada, conforme o disposto no caput do Art. 515 do CPC, e nos limites dessa impugnação. Excetuando as matérias examináveis de ofício, o que não é o caso, o apelante deve atacar e destacar especificamente os fundamentos da sentença que deseja rebater.

Os presentes aclaratórios pretendem que este juízo se manifesta sobre matéria não trazida no recurso de apelação, o que é impossível, pois inexistente a omissão e o erro apontado. Nesse sentido os arestos abaixo:

*"Não pratica a omissão, suprível pelos embargos declaratórios, o acórdão que deixa de manifestar-se sobre matéria não versada no recurso." ( STJ – 4ª Turma, Ag 36.426-9/SP – AgRg-Edcl, Relator: Min. Sálvio de Figueiredo, Data da Publicação: 22.11.93, p.24.960)*

**"PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PREQUESTIONAMENTO - ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NA ANÁLISE DE PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA, DAS DECLARAÇÕES FALSAS PRESTADAS PELO EMBARGADO E DOS SALVADOS - NULIDADE DO JULGADO POR DECISÃO NÃO COLEGIADA - PEDIDO DE REDUÇÃO DE VERBA HONORÁRIA E DE REDUÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.(....) 4. Não se conheceu da alegação de omissão sobre os salvados, já que em sede de apelação não consta como matéria suscitada, não existindo, portanto, nenhuma omissão a respeito.(....)".**



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão**

Embargos de Declaração nº 137761-7/02, Relator: Des. Bartolomeu Bueno, Órgão Julgador: 6ª Câmara Cível, Data do Julgamento: 04.03.2008).

No mais, as razões dos presentes embargos não merecem prosperar, pois, o Acórdão, como todos sabem, é composto não só pela ementa, somam-se os Relatórios, Votos e discussões, caso existentes. Portanto, apreciando as fls.37/45 do Recurso de Agravo, se terá uma visão completa do julgamento.

Não há, portanto, omissão, contradição, ou obscuridade a ser sanada. Conforme jurisprudência desta corte, mesmo que os Embargos de Declaração pretendam prequestionar a matéria, deve-se observar os limites impostos pelo Art. 535, CPC:

"EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÃO. JURISPRUDÊNCIA DO STJ QUE ADMITE AÇÃO DIRETA DA VÍTIMA CONTRA SEGURADORA. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DO ARTIGO 535 DO CPC. EMBARGOS IMPROVIDOS. UNÂNIMIDADE. - Embargos declaratórios não se prestam a adequar a decisão ao entendimento do embargante. E mesmo quando visem ao prequestionamento, não podem ultrapassar os contornos do art. 535 do CPC. - Embargos improvidos. Unanimidade". (Embargos de Declaração nº 75259-4/01, Relator do Acórdão: Des. José Fernandes, Órgão Julgador: Quinta Câmara Cível, Publicação: Nº DJ: 199 Data da Publicação: 21/10/2003).

No mesmo sentido, entre tantos, os seguintes arestos: Embargos de Declaração nº 162193-8/02; Embargos de Declaração nº 163499-9/02; Embargos de Declaração nº 151476-5/0; Embargos de Declaração nº 49519-2/01.

Pelo exposto, e diante da nítida ausência dos pressupostos necessários para o acolhimento dos declaratórios, rejeito os presentes embargos de declaração.

É como voto.

Recife,

**Des. Sílvio de Arruda Beltrão**  
Relator